

# *“Economia excessiva restringe investimentos”*

SANDRA NASCIMENTO  
SÃO PAULO

A dívida líquida do setor público consolidado correspondeu em junho de 2005 a 50,9% do PIB. Há dois meses que essa relação tem apresentado expansões graduais, pois saiu de 50,5% em abril (o menor patamar desde 2001), passou para 50,6% em maio, e aumentou mais 0,3 pontos percentuais no mês passado. Entretanto, considerando-se a média mensal, durante o primeiro semestre de 2005, a dívida se manteve em torno de 51% do PIB, um percentual significativamente menor que o registrado no mesmo período de 2004 (55,6%).

“Sem dúvida, o que garantiu este progresso na relação dívida/PIB foram os elevados superávits primários gerados no primeiro semestre”, diz análise elaborada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), divulgada na sexta-feira. “A primeira decorrência (da economia realizada pelo governo) implica em restringir os investimentos empresariais já que suprime fontes de financiamentos próprios das empresas e também restringe o mercado consumidor porque encarece os produtos da produção nacional; o segundo concorre para reduzir o investimento global da economia, especialmente em um segmento tão carente no país, como é a infra-estrutura.”

Em suma, continua o texto, “são fatores que deprimem o potencial e subtraem qualidade no crescimento da economia. Teria sido possível uma composição diferente de políticas, de

forma que essas decorrências não se apresentassem na magnitude que vêm se apresentando, pois havia espaço para uma política de juros não tão elevados como a que acabou prevalecendo nos últimos meses”.

## **SUPERÁVIT DE 4,75% EM 2005**

A evolução do superávit primário do setor público consolidado não-financeiro nos últimos meses fez com que a **LCA Consultores** elevasse sua projeção para o superávit primário em 2005 de 4,25% para 4,75% do PIB. Na avaliação dos consultores, apesar de o fluxo de gastos do governo federal ser tradicionalmente maior no segundo semestre, “dado o esforço recorde obtido até aqui e as aparentes dificuldades dos ministérios setoriais em acelerar os gastos, é improvável que o governo federal consiga executar todo o orçamento liberado até o final do ano de modo a obter o superávit de 4,25% do PIB previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005”.

Com a revisão do superávit primário, a projeção da LCA para o déficit nominal em 2005 passou de 3,3% para 2,9% do PIB (contra 2,7% em 2004). Para a relação entre a Dívida Líquida do Setor Público e o PIB em dezembro a estimativa foi mantida em 51% (contra 51,7% no final de 2004), o que ocorreu porque até a divulgação dos dados relativos a junho não havia a expectativa de reconhecimento de “esqueletos” neste ano. No entanto, houve o reconhecimento de cerca de R\$ 7 bilhões em dívidas passadas.